



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

NICIELMA CRISTINA FARIAS DA SILVA VITURIANO

**A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM DA ESCRITA: UMA CONSTRUÇÃO
SOCIOINTERACIONAL.**

CAMPINA GRANDE – PB

MARÇO/ 2014

NICIELMA CRIATINA FARIAS DA SILVA VITURIANO

**A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM DA ESCRITA: UMA CONSTRUÇÃO
SOCIOINTERACIONAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ELIZABETE CARLOS DO VALE

CAMPINA GRANDE – PB

MARÇO/2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

V854i Vituriano, Nicielma Cristina Farias da Silva.

A importância do letramento no processo de aprendizagem da escrita [manuscrito] : uma construção sociointeracional. / Nicielma Cristina Farias da Silva Vituriano. - 2014.

48 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2014.

"Orientação: Prof. Dra. Elizabete Carlos do Vale, Departamento de Educação".

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Alfabetização. 3. Letramento. 4. Formação de Professores. I. Título.

21. ed. CDD 374

NICIELMA CRISTINA FARIAS DA SILVA VITURIANO

**A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO PROCESSO DE
APRENDIZAGEM DA ESCRITA NA EJA: UMA CONSTRUÇÃO
SOCIOINTERACIONAL.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado
ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia
da Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção do
grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 06 / MARÇO /2014.



Prof.^a Dr.^a Elizabete do Vale - Orientadora/UEPB



Prof. Dr.^a Valdecy Margarida da Silva - Examinadora/UEPB



Prof.^a Ms.^a Teresa Cristina Vasconcelos - Examinadora/UEPB

DEDICATÓRIA

A Deus,

Pelo folego de vida e saúde. E por sua presença em meu viver.

Ele sempre esteve comigo nos momentos mais críticos me ajudando a levantar.

E também esteve nos momentos alegres.

O melhor na minha vida Ele fez e vai fazer, pois é fiel.

A minha Mãe,

Por ser um exemplo de força e perseverança, superando todas as barreiras para me educar.

Ao meu Esposo,

Pela paciência que tem comigo e ajuda que me tem dado quando não sei usar o computador e grito: SIDINEI! Eu amo você.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por todos os sonhos realizados.

À **minha Mãe**, que sempre trabalhou para que esse momento chegasse - ter uma filha formada.

Aos meus **irmãos, Nielson e Nichely**. Sou grata a Deus por tê-los ao meu lado.

A **meu amor**, por saber compreender quando eu precisava do computador e abria mão. Sempre paciente foi meu parceiro, companheiro nas altas horas da noite e nos incentivos que sempre me dava. Você foi e é fundamental na minha vida.

A **vovó**, em quem me espelho para ser uma pessoa melhor. A senhora é a melhor vó do mundo inteirinho!!!

A tia **Adelita e Wanderson**, que fizeram parte da minha vida me ensinado que o melhor lugar para estar é na presença de Deus.

A tia **Dita**, que com suas gargalhadas alegra minha vida.

Às minhas cunhadas **Solange, Suênia e Sheila**, que com palavras de ânimo sempre estiveram na torcida por minha vitória.

Às amigas que fiz na UEPB (**Danielly, Eva, Valkênia, Jordânia Ramos, Jordânia Macedo, Suely, Erika e Carla**) cada uma com seu jeitinho e com seu jeitão, todas queridas e amadas por mim. Levarei para sempre as lembranças da nossa convivência, afinal foram quatros anos juntas.

A todos que, direta ou indiretamente, acreditaram que eu conseguiria vencer mais uma etapa da minha vida.

À minha orientadora, **Elizabete do Vale**, por me fazer acreditar que é possível trabalhar de forma significativa com Jovens, Adultos e acrescento Idosos. Muito Obrigada.

À minha educanda, **D. Maria**, pela dedicação e esforço em tentar aprender algo novo e me deixar fazer parte dessa conquista que é dela e minha também. Sem a senhora não seria possível escrever esse trabalho.

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar.

Paulo Freire (2000, p. 26)

RESUMO

Os estudos sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) vêm ganhando espaço nas discussões atuais, principalmente, no que se refere ao alargamento da concepção de “alfabetização”, a partir da década de 1980 com as contribuições trazidas pelo debate em torno da categoria “letramento”. A concepção ampla de alfabetização é presente nas reflexões de Freire (2000, p. 88) quando este defende que o alfabetizando adulto já tem a leitura do mundo que precede a leitura da palavra, configurando-se dessa forma como portador de algum nível de letramento, embora não seja suficiente em uma sociedade seletiva como a nossa e com o exigente mercado de trabalho. Desse modo, no presente trabalho apresentamos um relato de experiência de alfabetização com uma pessoa idosa, experiência essa, ocorrida durante o período de outubro de 2012 a novembro de 2013. Buscamos através da vivência dessa experiência os seguintes objetivos: Compreender como vida e letramento se interligam formando novos saberes; Compreender como uma pessoa adulta analfabeta atua dentro de uma sociedade letrada e como a ausência do saber ler e escrever dificultam o exercício de uma vida mais autônoma; Refletir sobre como essa experiência educativa poderia contribuir com meu processo de formação docente. A construção da análise incorpora o registro em “Diário de Campo” das atividades de alfabetização desenvolvidas com dona Maria, fotografias e gravações de conversas com a alfabetizanda. Como principal companhia teórica, utiliza os aportes de Paulo Freire, Magda Soares e Leda Tfoune.

Palavras-chaves: EJA. Alfabetização. Letramento.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FOTO I: Dona Maria escrevendo o nome dela	24
FOTO II: Texto manual de dona Maria.....	28
FOTO III: Registro da primeira atividade de dona Maria	31
FOTOS IV e V: Atividades diversas de construção da escrita	32
FOTO VI: Atividade com escrita espontânea	33
FOTO VII: Escrevendo a partir de gravuras	34
FOTO VIII: Registro do nome dos filhos de dona Maria	35
FOTO IX: Atividades de matemática.....	36

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1.A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA ESCRITA NA EJA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIOINTERACIONAL.....	12
1.1.Breve contextualização histórica da EJA no Brasil.....	12
1.2.Alfabetização e letramento na EJA: uma reflexão sobre esses conceitos	16
1.3.Alfabetização	17
1.4.Letramento.....	18
1.5.A relação da alfabetização e letramento no campo da EJA.....	20
2O LETRAMENTO COMO BASE PARA APRENDER A PALAVRA ESCRITA: O APRENDER/ENSINAR UMA PESSOA IDOSA	22
2.1.O contexto entre textos: o início da minha trajetória estudantil.....	22
2.2.Contexto acadêmico: um novo olhar sobre minha formação	23
2.3.Conhecendo dona Maria: um mundo de saberes sem a presença da escrita.....	23
2.4.Duas histórias distintas: mas uma mesma reflexão	25
2.5.O processo de alfabetização e letramento e o ensinar/aprender com dona Maria...	25
2.6.Oralidade como suporte para escrita	26
2.7.Conhecimentos linguísticos como suporte para escrita alfabética	29
2.8.Conhecimentos matemáticos no cotidiano de dona Maria	37
2.9.O ensinar/aprender com dona Maria: desafios à prática docente	38
3.CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

Ao começar minhas leituras sobre o processo de construção da aprendizagem da escrita, percebi que mesmo antes da década de 1980 já existiam estudos voltados para essa área, entretanto, a grande maioria enfatizava o aprendizado das crianças. Em relação ao aprendizado da escrita pelo adulto analfabeto a produção teórica é menos tendo, em vista, a produção relacionada à aprendizagem da escrita das crianças. No que se refere à formação dos professores que atuarão na Educação Básica, a ênfase recai também na formação para atuar com crianças, mesmo sabendo-se que o professor da educação básica poderá também atuar com jovens e adultos analfabetos ou semialfabetizados e que o processo de aprendizagem da escrita desses sujeitos diferencia-se do processo de aprendizagem da criança.

Assim, mesmo sabendo das minhas limitações e da falta de experiência de trabalho com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), reflexo, principalmente, da pouca formação acadêmica para trabalhar com adulto analfabeto, assumi o desafio de tentar alfabetizar uma idosa de 83 anos - dona Maria. Busquei, através da vivência dessa experiência, os seguintes objetivos: Compreender como vida e letramento se interligam formando novos saberes; Compreender como uma pessoa adulta analfabeta atua dentro de uma sociedade letrada e como a ausência do saber ler e escrever dificultam o exercício de uma vida mais autônoma; Refletir sobre como essa experiência educativa poderia contribuir com meu processo de formação docente.

Desse modo, o presente trabalho constitui um relato de experiência de alfabetização com uma pessoa idosa, experiência essa, ocorrida durante o período de outubro de 2012 a novembro de 2013, totalizando 108 encontros. Tal experiência foi registrada através de um “diário de campo”, de fotografias e de gravações de conversas com dona Maria. O trabalho é estruturado em três capítulos: no primeiro capítulo esboço uma breve contextualização histórica da EJA, bem como uma reflexão sobre as categorias Alfabetização e Letramento; no segundo capítulo busco situar qual o objeto de estudo e a minha relação com a temática, e o terceiro capítulo trata especificamente da minha experiência como alfabetizadora de uma pessoa idosa - dona Maria.

1 A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA ESCRITA NA EJA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIOINTERACIONAL

1.1 Breve contextualização histórica da EJA no Brasil

Educação, professor (a), alunos (as) são termos que ao serem pronunciados nos lembra da escola, que é designada como ambiente que abriga filosofia, valores e conhecimentos repassados a crianças, jovens e adultos. Até a bem pouco tempo o ambiente escolar tinha como característica marcante a presença do professor que transmitia o seu conhecimento aos alunos, a estes cabia o papel de acatar tais conhecimentos de forma passiva. Quando pensamos na educação no nosso país, a imagem que nos vem à memória é de crianças bem vestidas e quietas e também jovens e adultos prontos a receber os ensinamentos. Mas não tenho o direito de generalizar, porquanto há exceções. Ou seja, já podemos vislumbrar uma sala em que o aluno e professor dialogam e juntos constroem novos conhecimentos. Contudo, políticas voltadas a EJA aparecem no cenário brasileiro bem recentemente.

Mas, quando a escolarização de jovens e adultos passa a se constituir como uma preocupação política? Ou, quando ações educativas voltadas para a população adulta passam a ser desenvolvidas no Brasil? Reportando-se a Paiva (1997) Vale (2012) afirma que:

A educação de adultos remonta ao período colonial, quando os jesuítas desenvolviam atividades educativas para essa parcela da população. Esse aspecto evidencia que, desde a sua origem, as práticas de educação de adultos foram dirigidas preferencialmente a pessoas adultas, pobres, sem escolaridade ou com carências escolares profundas, ou seja, a educação de adultos esteve intrinsecamente vinculada a processos de alfabetização (VALE, 2012, p. 53).

Entretanto, ainda de acordo com a autora é na década de 1930 que a educação de adultos começa a ganhar destaque no cenário brasileiro e conseqüentemente, passam a ser discutidas políticas públicas voltadas para a população jovem e adulta. De acordo com Sánchez (2007), é válido afirmar que a instrução ou o “pensamento pedagógico brasileiro, a princípio era para poucos, promovendo a formação dos filhos dos fazendeiros para renovação dos cargos políticos”.

Assim, era no império e continuou na República recém-proclamada. A República fez a primeira constituição em 1891 que afirmava: “Reservou a união, a responsabilidade pelo ensino secundário e superior, deixando com os governos locais à responsabilidade pela

instrução primária” (SÁNCHEZ, 2007 p.53). Na lei a educação era para todos, porém na prática não funcionava. Assim homens públicos e educadores reclamavam ações do governo central em diversas áreas da educação nacional. O início da República é marcado por acontecimentos que mudaram a estrutura social brasileira tais como:

O fim da monarquia, a abolição da escravatura, estrangeiros imigrantes, difusão do positivismo, o rompimento da igreja e do estado, modernização do estado, industrialização, a exploração demográfica, formação do proletariado, a urbanização e surgimento da classe média. Para compreender o sistema educativo em sua evolução, deve-se dar importância a esses fatores que são interligados, ou melhor, articulados entre si, pois a industrialização que vem com a formação do proletariado. A modernização, por sua vez, vem com a classe média. Seguido da secularização onde o ensino passa a ser laico e a difusão do positivismo com suas propostas de ensino para a primeira República (SÁNCHEZ, 2007, p. 55).

Em suma, a instrução era assunto para elite, pois educar já era exercido bem antes das leis, sabendo que várias pessoas estavam lutando para que esta instrução fosse para todos. Na constituição de 1934 é possível enxergar a obrigatoriedade o ensino primário aos adultos. Contudo, de acordo com Vale (2012, p. 3): “As concepções de educação de adultos traduziam-se em práticas cujo enfoque era o assistencialismo a grupos subalternos que necessitavam se adaptar às exigências de uma sociedade considerada em processo de desenvolvimento”.

Assim, partindo dessa afirmativa, podem-se vislumbrar na década de 1940 movimentos voltados a EJA, visto como campanhas, já que segundo Moura (2003, p.01) “os governantes tinham os adultos analfabetos como deficientes e incapazes, sendo na maioria das vezes identificado psicológicos e socialmente como crianças”, então o governo federal lançou algumas campanhas, na qual destaco algumas: CEAA (Campanha de Educação de adolescentes e adultos); CNER (Campanha Nacional de Educação Rural e CNEA (Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo). As regiões contempladas foram Norte e Nordeste, a metodologia era idêntica a utilizadas com crianças, as campanhas se extinguíram antes da década de 1960. As críticas eram direcionadas as insuficiências financeiras e administrativas e também aos conteúdos pedagógicos.

É precisamente com a proposta educativa de Paulo Freire que a visão que se tinha do sujeito que não dominava o código escrito, muda, pois, Freire ver o indivíduo como o mesmo é, um adulto que não teve a oportunidade de frequentar a escola no tempo designado, mas que não é uma criança. Logo, esse adulto ou jovem que tem uma experiência de vida e um conhecimento popular, não pensa como uma criança, mas sim como adulto que é. Seus saberes da vida são considerados na proposta lançada por Freire, que utiliza o conceito

antropológico de cultura, destacando a cultura como medidora no processo de aprendizagem do sujeito e o diálogo como aspecto fundamental na superação da relação vertical entre sujeitos predominante na educação bancária entendendo, pois, que é partir da relação dialógica que os sujeitos aprendem. Essa concepção de educação é defendida por Freire no II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos de 1958 em um relato que tinha por título: “A educação de adultos e as populações marginais: os problemas dos mocambos.” (MOURA e SILVA, 2013,).

Entretanto, logo que os referenciais Freireanos começam a ser amplamente discutidos e postos em práticas por diversos movimentos de educação e cultura popular, tais como: MCP (Movimento de Cultura Popular) no Recife, MEB (Movimento de Educação de Base), CPC (Centro Popular de Cultura), UNE (União Nacional dos Estudantes), na Paraíba tem o CEPLAR (Campanha de Educação popular), acontece o golpe de estado em março de 1964, instaurando uma ditadura militar que perduraram 21 anos e que teve como consequências, entre outros aspectos, o desmantelamento dos diversos movimentos de educação e cultura popular, acima mencionados e a prisão de lideranças políticas de esquerda e intelectuais, entre esses, Paulo Freire. Sobre esse aspecto, nos reportamos a Vale (2012) que afirma:

Ainda na década de 1960, a educação de adultos sofre um revés, com o golpe militar de 1964, que rompe a efervescência dos movimentos educativos e culturais do período, extinguindo suas diversas expressões no âmbito da educação e cultura popular, levando a educação e em especial a educação de adultos a caminhos que encobririam qualquer iniciativa progressista (SOARES, 2007). Em substituição aos programas até então vigentes, em dezembro de 1967 o governo militar, “embalado” pelo ideário economicista da teoria do capital humano, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), órgão executor direto das ações educativas destinadas a jovens e adultos, constituindo-se como organização autônoma do Ministério da Educação (VALE, 2012, p. 59).

Desse modo, no contexto da ditadura militar a educação de adultos vai perdendo a marca de educação popular e os referenciais freireano, passando a ter como marca central o assistencialismo conservador, cabendo ao Mobral à responsabilidade de difundir as práticas alfabetizadoras propostas pelo regime militar durante todo o período de vigência da ditadura, ou seja até o início da década de 1980.

Atualmente, o direito a educação é garantido pela Constituição Federal que assegura o direito público subjetivo a educação, independente da idade. É a partir desse contexto que segundo Haddad (1998) o analfabetismo deixou de ser visto como um problema individual e passou a ser encarado como problema social. Para o autor, mesmo com todas as limitações resultado da pouca importância dada a educação de jovens e adultos na agenda das políticas

públicas, esta tem avançado timidamente. Entretanto, Vale (2012, p. 65) reportando-se a Haddad e Di Pierro (2000), afirma que:

A história da educação de jovens e adultos no Brasil, a partir do período da redemocratização tem como marca a contradição entre a afirmação e a negação do direito à educação. No plano jurídico do direito formal, há uma afirmação do direito da população jovem e adulta à educação básica, assim, não se pode atribuir a negação do direito à falta de um marco jurídico adequado, pois as leis e normas vigentes (Constituição Federal, LDB, Plano Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos).

Assim, a década de 1990 é marcada por uma reconfiguração no campo da EJA, sendo embasado pela Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394/96 que evidencia em seus artigos 37 e 38 o dever do Estado na garantia do direito de Jovens e Adultos a Educação. A definição de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para EJA, instituídas pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) por intermédio da Câmara da Educação Básica (CEB) pelo Parecer n.11/2000, apontam para a perspectiva inclusiva do direito à educação (PAIVA, 2009b) de uma parcela da população que por diversas razões não concluiu os estudos na idade adequada. As DCNs reafirmam a EJA como modalidade da educação básica, tendo três funções: reparadora, equalizadora e qualificadora.

O Parecer CNE 11/2000 enfatiza que é necessário que a escola assuma a *função reparadora* de uma realidade injusta, que não deu oportunidade nem direito de escolarização a tantas pessoas. Ressalta ainda, que a escola deve também contemplar a *função equalizadora*, possibilitando novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços de estética e na abertura de canais de participação, bem como, desempenhar uma *função qualificadora*, definida numa perspectiva de educação continuada, que acontece ao longo da vida (VALE, 2012, p. 113).

A trajetória da EJA demonstra que não obstante aos avanços conquistados, muitos desafios e problemas precisam ser superados, como: qualidade dos programas de EJA, continuidade dos processos de escolarização dos sujeitos que retornaram a escola, formação adequada dos professores, entre outros. Entretanto, mesmo com os desafios e dificuldades que permeiam o campo da EJA, os estudos sobre essa temática vêm ganhando espaço nas discussões atuais, principalmente, no que se refere ao alargamento da concepção de “alfabetização”, a partir da década de 1980 com as contribuições trazidas pelo debate em torno da categoria “letramento”. Para Soares (2003) o conceito de letramento resulta da necessidade teórica de compreender os usos sociais da leitura e da escrita nos processos de participação social e construção do conhecimento. A partir da concepção de letramento

trabalhada por Soares (op. cit), Souza (2004, p. 1) destaca que ser letrado é também “se comunicar com a sociedade, apropriando-se deste aprendizado para aprimorar os seus conhecimentos sociais, cognitivos e políticos podendo assim responder às demandas sociais de leitura e escrita na sociedade contemporânea”.

A partir dessa concepção podemos afirmar que a perspectiva do “letramento” já estava presente na concepção alfabetizadora defendida por Paulo Freire, mesmo que Freire não tenha utilizado tal conceito. Ou seja, Freire (2000, p. 88) trabalha a perspectiva de que o alfabetizando adulto já tem a leitura do mundo que precede a leitura da palavra, configurando-se dessa forma como portador de algum nível de letramento, embora não seja suficiente em uma sociedade seletiva como a nossa e com o exigente mercado de trabalho.

1.2 Alfabetização e letramento na EJA: uma reflexão sobre esses conceitos

A discussão sobre “Alfabetização e Letramento” no Brasil é recente. Tal temática popularizou-se principalmente, a partir da década de 1980 com a divulgação dos trabalhos de Emília Ferreiro & Ana Teberosky (BENÍCIO, 2007). Vale salientar, que tais trabalhos focalizavam essencialmente, os processos de aquisição da leitura e escritas das crianças com base em teorias psicolinguísticas e na epistemologia genética piagetiana. Tais aspectos refletem na prática educativa do professor, pois no geral a sua formação acadêmica dá mais ênfase à atuação com crianças, relegando formação para atuar na EJA ao segundo plano, mesmo sabendo-se que o pedagogo poderá trabalhar também com jovens e adultos analfabetos. Entendo que é necessário que o professor além do conhecimento sobre que são os sujeitos da EJA, saiba também como trabalhar com os mesmos, pois o processo de aquisição da leitura e da escrita do adulto se diferencia muito da criança, uma vez que já entende o que é o código linguístico e o sistema de numeração, criando estratégias para viverem na sociedade letrada.

O fato de o adulto ser diferente da criança por si só já exige que professor entenda que o processo de aprendizagem de tais sujeitos tem um caráter distinto. Sobre esse aspecto Benicio (2007) questiona se a escola, como principal agência de letramento, esta preparada para trabalhar com sujeitos com necessidades de aprendizagem tão específicas? Freire (1985) afirma que a leitura do mundo precede a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. De modo que todo professor-alfabetizador, especialmente o

professor de EJA, deve ter em mente que é necessário começar o processo de alfabetização valorizando o que os alunos já sabem, partindo da realidade destes para assim, fazer a mediação entre os conhecimentos prévios e os novos conhecimentos, tendo como resultado uma aprendizagem significativa, deixando assim de ser um ensino distante da realidade do aluno (BENÍCIO, 2007).

1.3 Alfabetização

Quando ouvia falar em alfabetização tinha uma compreensão extremamente simplista, entendia que a alfabetização se resumia a aprender as letras e palavras e a respectiva decodificação das mesmas. Alfabetizar ou letrar? Não tinha a menor ideia em compreender o que cabia a cada um. Nossa sociedade a cada dia se torna mais exigente, é preciso interpretar o que está nas entrelinhas dos discursos e práticas cotidianas, mas como fazer isso se durante a escola pouco aprendemos sobre pensar e expressar a nosso entendimento sobre o que lemos ou escrevemos? Foi a partir dessas inquietações que compreendemos a importância de estudarmos sobre o sentido mais amplo da alfabetização e sua relação com práticas de letramento.

De acordo com Albuquerque, Morais e Ferreira (2010), alfabetizar é ensinar a ler e escrever. Rojo (2009) afirma também que é ensinar a ler e escrever acrescenta ainda que é levar o aprendiz a conhecer o alfabeto, a mecânica da escrita e leitura e assim se torna alfabetizado. Ao longo da história percebe-se a ampliação desse termo. No censo brasileiro de 1940 era alfabetizado o sujeito que sabia escrever e ler seu próprio nome, após 1940, o termo alfabetizado passou de saber escrever o próprio nome, para quem sabia escrever e ler pequenos bilhetes, já é observado uma prática de leitura e escrita que antes não era enfatizado (CHAVES, 2008). A sociedade brasileira passou a reconhecer uma prática de leitura e escrita mesmo que fosse ainda trivial. Portanto, é notório que o sujeito não teria apenas que escrever e ler, mas utilizar essa tecnologia conforme Chaves (2008).

Após 1950 até a atualidade, na definição de “alfabetizado” observa-se os anos de escolarização da população, na qual se caracteriza o nível de alfabetização funcional das pessoas. De forma que é notório que o indivíduo não apenas terá aprendido a ler e escrever, mas que nas suas práticas sociais utilizará de forma significativa, estabelecendo assim uma extensão do termo alfabetização para o letramento, mesmo que forma tímida.

A escola ainda é o ambiente em que se concretiza a alfabetização, entretanto, processos de alfabetização podem ser vivenciados nos diversos espaços sociais, pois conforme enfatiza Ferreira (2007) o desenvolvimento da alfabetização, ocorre sem duvidas no ambiente social. Tal compreensão remete-nos ao conceito de letramento. Sobre esse aspecto, Tfouni (2005, p. 15) afirma que “a prática educativa da alfabetização não é meramente a habilidade abstrata de produzir, decodificar e compreender a escrita, pelo contrario, quando as crianças são alfabetizadas, elas usam a leitura e escrita para a execução das praticas que constituem sua cultura”.

Se com as crianças acontece o que foi descrito acima, imagina o processo de alfabetização de um adulto que, no geral compreendem o que a escrita representa. Cada vez mais podemos compreender a alfabetização como processo que não tem um fim, pois a escrita é o registro das praticas sociais, não pode ser estática uma vez que, sociedade é mutável.

1.4 Letramento

Para Soares (2004) antes de se conceituar o termo letramento aqui no Brasil é necessário compreender o que estava acontecendo nos Estados Unidos e alguns países da Europa. De acordo com a autora, no final dos anos 1970 avaliações realizadas nos Estados Unidos sobre o nível de competência de leitura e escrita da população demonstram a preocupante situação dos alunos que concluíram os estudos, mas que não dominavam habilidades relacionadas à leitura, ou seja, as práticas sociais que envolviam a escrita não eram realizados com êxito. No entender de Soares (op. cit.) o problema não estava vinculado ao processo inicial do aprendizado do código escrito, mas ao não domínio das habilidades de uso de leitura e escrita. No Brasil, os estudos sobre o letramento começam a passos tímidos nos anos de 1980, e diferentes dos países desenvolvidos o letramento tem sua origem na fase inicial da aquisição da escrita e leitura, relacionando-se assim a questionamentos acerca da alfabetização.

Soares (2004) ressalta ainda que é um fato no mínimo curioso que países como Estados Unidos e Brasil tão distante geograficamente, quanto econômico e culturalmente e no mesmo momento histórico tenham reconhecido a necessidade de práticas mais significativas na área da leitura e escrita. Assim, surge aqui no Brasil, o termo letramento, do *illettrisme* na França, *literacia* em Portugal, para nomear de acordo com Soares (2004) um fenômeno

distinto daquele momento denominado alfabetização. Mas, como conceituar uma palavra que ainda não estava dicionarizada aqui no Brasil?

Não cabe aqui fazermos uma *exegese* da palavra letramento, mas para termos noção do seu significado é válido estudarmos um pouco a palavra *Literacy*, este termo está no dicionário desde o século XIX na Inglaterra. Sua origem é do latim *littera* (letra) juntando sufixo- *cy*, que denota condição, qualidade, estado, fato de ser, ou seja, *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. (SOARES, 1999, p.17).

Ainda de acordo com a autora, essa palavra traz implícita no seu sentido a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas para grupos que fazem uso dela como grupos que vão aprender a usá-la no seu cotidiano. Logo, letramento está relacionado às práticas sociais onde o ler e escrever precisa ter sentido e também fazer parte da vida do aluno/a. Percebe-se assim uma diferenciação concernente a tradução da palavra já que na língua inglesa é entendida como a aquisição da leitura e escrita que logo estão direcionados para o campo da alfabetização. De modo que, Leda Tfouni (1995) citada por Chaves (2008) destaca alguns problemas relacionados com a combinação do termo em inglês. “Ai está, creio eu, uma das origens mal-entendida entre os que trabalham na área, e que acabam usando indiferentemente letramento com o equivalente vernáculo de qualquer das acepções englobadas pelo vocábulo inglês”. (TFOUNI, 1995 *apud* CHAVES, 2008, p.31).

Com essa afirmação a autora quer apresentar que não importa à visão, a ênfase dada à palavra *literacy* é sempre de habilidades práticas que no nosso país esta relacionada à alfabetização, gerando assim um desconforto em relação à alfabetização. Na visão da autora, a alfabetização está sendo mal entendida, a mesma apresenta duas formas de equívocos, uma relacionada ao processo de aprendizado da escrita e leitura como algo que chega ao fim com o término dos anos iniciais de escolarização. A outra relacionada ao processo de representações de objetivos diversos, é como se alfabetização fosse incompleta e estivesse ligada a escolarização, de forma que os objetivos da alfabetização se mesclassem com os objetivos da escola.

Tfouni *Apud* Chaves (2008) conclui seu pensamento afirmando que o problema está na base do primeiro processo já que na visão das instituições a alfabetização é algo que tem fim, mas ao que parece não tem, pois sua continuidade é o letramento. Por esse motivo o letramento se confunde com alfabetização causando confusão, de forma que é necessário distinguir os termos para não confundi-los e terminar por fazer um trabalho que não atende a necessidade dos alunos. Assim sendo, alfabetização e letramento no nosso país se mesclam, se

superpõem, frequentemente se confundem (SOARES, 2004). Desta feita precisam andar juntos, sabendo que possuem particularidades distintas.

Mais uma vez nos reportamos Souza (s/d) que ao refletir sobre os termos “letramento” e “alfabetização” busca o respaldo teórico de Leda Tfouni (1995), que defende que o letramento e a alfabetização são indissolúvelmente e inevitavelmente interligados, sendo que um não substitui o outro, mas a pessoa que não é alfabetizada pode ser letrada.

Os estudos sobre letramento desse modo, não se restringem somente àquelas pessoas que adquiram a escrita, isto é, aos alfabetizandos. Buscam investigar também as conseqüências da ausência da escrita a nível individual, mas também remetendo ao social mais amplo, isto é, procurando, entre outras coisas ver quais as características da estrutura social tem relação com os fatos postos. (TFOUNI, 1995, *Apud* SOUZA, s/d. p. 2).

Quanto ao significado de alfabetização Tfouni (*Apud* SOUZA, s/d) afirma que este termo refere-se à “aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. (...) A alfabetização pertence, assim, ao âmbito do *individual*”. Por sua vez, o letramento focaliza os aspectos *sócio-históricos* da aquisição da escrita. Assim, ler e escrever são aprendidos através da alfabetização e letramento. E para uma atuação bem sucedida na sociedade é crucial ser alfabetizado e letrado. Alfabetizado porque domina a tecnologia das letras escritas, e letrado porque sabe como utilizar essa tecnologia na prática social.

1.5 A relação da alfabetização e letramento no campo da EJA

Discutir sobre Educação de Jovens e Adultos e, mais especificamente sobre processos de alfabetização de jovens e adultos analfabetos, não é algo simples, haja vista que o processo de formação vivenciado no curso de pedagogia resume-se a oferta de um componente curricular. Como sabemos o processo de aquisição da escrita de um adulto é diferente da criança, o adulto já tem conhecimentos acumulados, resultado de experiência de vida, tem o tempo voltado para os estudos extremamente reduzido dado a necessidade de trabalhar, de cuidar dos filhos. Tais especificidades exigem do educador uma postura diferenciada de quando trabalha com a criança. Paulo Freire ressaltava que é fundamental que o processo de alfabetização de adultos tenha como fio condutor a relação entre os conhecimentos que os

sujeitos trazem e o conhecimento escolar, relação essa mediada pelo educador em diálogo com os educandos. Para Freire (1996, p.135):

Como professor não devo poupar oportunidade para testemunhar aos alunos a segurança com que me comporto ao discutir um tema... Minha segurança não repousa na falsa suposição de que sei tudo, de que sou maior. Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta à certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei.

Assim, na concepção freireana o respeito aos saberes dos educandos é condição fundamental para que se efetive uma aprendizagem significativa. Ou seja, trabalhar com adultos é ajudá-los a perceberem-se como sujeitos de direito que fazem parte da sociedade e pode atuar na mesma. Tendo em vista que a alfabetização não se faz presente apenas no ambiente escolar e que ela juntamente, com o letramento se configuram como fenômeno social, político, pedagógico e linguístico, tais perspectivas exige do educador um conhecimento mais amplo para lidar com o processo ensino-aprendizagem com os sujeitos de EJA, especialmente o idoso. Sabemos que todos os sujeitos que chegam a escola, e em especial os sujeitos da EJA têm uma gama de conhecimentos construídos ao longo da vida, tais conhecimentos devem ser valorizados pelo professor, não só por questões metodológicas, mas principalmente para que de fato o processo de alfabetização resulte em aprendizagem significativa.

Logo, é fundamental que os processos de alfabetização e letramento estejam andando juntos para a construção de novos saberes, uma vez que para ler é preciso conhecer a mecânica do código escrito e depois ampliar essa leitura com significação no seu dia-a-dia. Como afirma Freire (2000) *apud* Chaves (2008), ato de aprender “é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e a aventura do espírito”.

2 O LETRAMENTO COMO BASE PARA APRENDER A PALAVRA ESCRITA: O APRENDER/ENSINAR UMA PESSOA IDOSA

2.1 O contexto entre textos: o início da minha trajetória estudantil

Fui alfabetizada nos parâmetros da educação dita tradicional, não recordo o momento exato em que aprendi a ler, mas lembro de sempre estar com papel e lápis na mão a maior parte do tempo para brincar de escritório. Nasci em Guarulhos/SP, mas vim para Campina Grande/PB ainda pequena, e minha vida estudantil foi toda aqui nesta cidade.

Sempre tive contato com livros, revistas, livros didáticos, entre outros, mas não gostava muito de escrever. Gostava de fazer desenhos, principalmente de princesas. Durante a minha trajetória estudantil nunca repeti ano, isso se deve ao fato de que minha mãe sempre foi muito presente na minha vida escolar, sempre me incentivou a estudar.

Meu processo de alfabetização foi embasado na pedagogia tradicional, conforme já afirmado anteriormente, ou seja, meu aprendizado teve forte influência de processos de memorização, de realização de cópias, de atividades, atividades essas que, recordo, fazia muito bem feitas. Lembro-me que era muito tímida e muitas vezes, quando a dúvida surgia, por vergonha não perguntava, perdendo a chance da construção de novos saberes. A timidez foi uma constante em minha vida estudantil, o que fazia com que apenas recebesse a informação passada pela professora, deixando de vivenciar a oportunidade de um diálogo construtivo e significativo no ambiente escolar. Nessa situação, não tinha clareza sobre qual profissão gostaria de ter. Não conseguia vislumbrar a possibilidade de fazer um curso superior, pois, desde os quatorze anos estudava e trabalhava.

2.2 Contexto acadêmico: um novo olhar sobre minha formação

Cursar Pedagogia é a realização de um sonho, pois sempre gostei de crianças, mas entendia que só gostar não é o suficiente para trabalhar com elas, é preciso formação adequada, pois prática sem teoria e teoria sem prática não funcionam bem, é preciso que caminhem juntas. Como afirma Freire (1996) não há prática sem a teoria, e se existe a teoria é porque esta já foi praticada. E no que se refere à prática docente, esta deve envolver fundamentalmente, o movimento dinâmico, dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

Levo muito a sério o ofício de mestre/professor, sempre quero fazer o melhor. Conforme já citei anteriormente, sempre tinha meu olhar voltado às crianças, porém, cursar o Componente Curricular EJA e “experienciar” o ato de ensinar uma pessoa idosa como dona Maria, favoreceu-me descobrir que podemos e devemos aprender coisas novas, ultrapassar barreiras e entender que a aprendizagem é algo permanente.

2.3 Conhecendo dona Maria: um mundo de saberes sem a presença da escrita

Dona Maria nasceu na zona rural de Campina Grande/PB, em dezembro de 1930. É viúva, tem doze filhos. Durante nossas conversas fiquei sabendo um pouco da história de vida de dona Maria, como por exemplo, que ela frequentou a escola durante dois meses apenas, pois naquele tempo era muito difícil frequentar a escola, além de distante da sua casa, seus pais não compreendiam a importância dos estudos; que não gostava de brincar, apenas apreciava as outras crianças brincarem; que quase não tinha amigas e que se casou muito nova. A sua condição de analfabeta fez com que ela fosse criando estratégias para viver nos contextos sociais mediados essencialmente, pelo código escrito.

Quando a conheci me interessei em alfabetizá-la, mas, *apriori* ela resistia, passado algum tempo é que ela se interessou a aprender a ler e escrever comigo. A partir da sua sinalização positiva, passamos a nos conhecer melhor, busquei entender melhor quem de fato era dona Maria, que conhecimentos de vida e de mundo ela tinha, se tinha algum conhecimento do código escrito, etc. Compreendi que dona Maria era completamente analfabeta, ou seja, ela não conhecia nenhuma letra do alfabeto. A oralidade foi e é à base de

sua comunicação, tudo de forma verbal, assim, mesmo sendo analfabeta ela tem uma autonomia que me impressionou, mora sozinha, cria galinhas e vende os ovos, faz caminhada entre outras coisas.

Organizei nossos encontros depois que montei uma sequência didática, a partir das necessidades expressadas por dona Maria, pois queria partir da realidade dela, para que cada encontro fosse bem-sucedido e ela vislumbrasse a sua própria aprendizagem através das atividades propostas. Conforme Freire (1996, p.59) o respeito à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Mesmo não sabendo ler sempre a respeitei como ela é não quis que se tornasse uma escritora, mas queria mostrar a ela que podia aprender sempre algo novo.



FOTO 1: Dona MARIA ESCREVENDO O NOME DELA.

Assim, comecei o processo de alfabetização trabalhando o alfabeto a partir da grafia do nome de dona Maria e de palavras que faziam parte da sua rotina diária, resultado uma pesquisa que fiz sobre o seu universo vocabular. O conhecimento de dona Maria se restringia a oralidade, com o processo de alfabetização iniciado, ela se via diante das letras e da possibilidade de escrever seu nome, o nome dos filhos, dos objetos que comprava na feira e do que ela desejasse escrever.

2.4 Duas histórias distintas: mas uma mesma reflexão

É impressionante como duas vidas tão diferentes, de gerações distantes tem uma reflexão sobre a vida e aprendizagem semelhante. Como pode ser? Como já tinha externado antes não tinha nenhuma experiência com pessoas idosas, nem imaginava que poderia ter até conhecer dona Maria, uma pessoa simples, com um viver sem complicações e que interagem no seu contexto de vida de forma admirável. Por outro lado, eu uma pessoa alfabetizada, fazendo um curso superior, pensando que entendia muitas coisas, ledor engano, meu convívio com dona Maria foi de muito aprendizado, pois a reflexão que sempre temos algo a aprender é real.

O processo de aprendizagem nos leva há compreender que poucos sabem, que na vida sempre temos algo aprender. Quem diria que na idade de 83 anos iria aprender a escrever seu nome, a interagir mais com o código escrito? O aprendizado do seu nome foi uma descoberta e um passo importante para ela, mesmo com dificuldades, ela superou de forma surpreendente e mesmo não conseguir, a priori identificar e diferenciar as letras do alfabeto. Para além, antes de querer lecionar qualquer coisa relacionada ao ensino, por mais simples que fosse, passamos alguns dias conversando sobre a história da sua vida. De acordo com Barboza (2010) é preciso conhecer como o aluno aprende para, então, saber ensinar. Dessa forma, procurei saber sobre a vida dela para assim aprendermos.

É neste contexto de ensino/aprendizagem que nossas vidas se entrelaçam, pois à medida que ela aprendia sobre as letras, aprendi como ensinar sobre as letras.

2.5 O processo de alfabetização e letramento e o ensinar/aprender com dona Maria

Começar os encontros com dona Maria despertou a reflexão sobre a minha ação docente. Ensinar é uma tarefa muito difícil, seja na educação infantil ou fundamental, pois, quem quer seguir essa profissão precisa estar constantemente estudando. No que se refere a processos iniciais de alfabetização com adultos a ação docente é mais complexa ainda, pois, a formação do professor para atuar com o adulto ainda é um desafio. Por isso que quando resolvi “me aventurar” na experiência de alfabetizar dona Maria tinha medo de não saber

como proceder pedagogicamente. Vale salientar que só começamos a experiência do ensinar/aprender juntas, quando dona Maria se interessou de fato em aprender a ler e escrever.

O desafio se tornou maior pelo fato de dona Maria ser uma idosa que não dominava nada do código escrito. Dessa forma, teríamos que iniciar toda a aprendizagem da escrita do início mesmo como iniciamos com as crianças, sabendo que a EJA tem seu diferencial, pois os adultos e idosos já compreendem qual a função da letra e número e sua representatividade na sociedade. A escrita na sociedade letrada é base das relações humanas, embora para muitos que não dominam o código escrito à base central é a oralidade, como dona Maria.

Kleiman citada por Benício (2007) avalia que a alfabetização de jovens adultos, e aí acrescento o idoso, envolve um processo de aculturação por meio da escrita, pois envolve uma mudança e uma reorganização de práticas e sistemas de conhecimentos, valores e crenças do aluno, que não podem ser ignorados. A tarefa de ensinar não é algo simples, principalmente para o professor/alfabetizador de jovens e adultos analfabetos e, se esse alfabetizador trabalhar com pessoas oriundas da zona rural que tem históricos de fracasso escolar, que utilizam o trabalho braçal, muito casos estão desestimulados pelos anos que não frequentaram a escola. O professor precisa conhecer e despertar nos seus alunos o estímulo necessário para as novas aprendizagens, tendo em vista que são pessoas inteligentes e construíram suas próprias estratégias para viver na sociedade. A oralidade precisa ser estimulada com respeito, assim como dona Maria, ao pedir para explicar algum acontecimento, quando a situação era apenas para falar ela não demonstrava vergonha, mas quando era para escrever, sempre apresentava muitas desculpas.

A seguir registro alguns de nossos encontros, com o propósito de apresentar o processo de aprendizagem de dona Maria com suas dificuldades e avanços, bem como o meu aprendizado como educador-alfabetizadora/alfabetizadora/pesquisadora.

2.6 Oralidade como suporte para escrita

A oralidade é a fonte de comunicação dos seres humanos, logo é inerente ao sujeito. Havelock (*Apud* MARCUSHI, 2008, p. 23) afirma que “o uso da fala, repito, foi adquirido por processos de seleção natural operando ao longo de um milhão de anos”. Desse modo, a sua aquisição acontece de forma cômoda ao longo do nosso desenvolvimento, assim para o sujeito aprender a falar não necessariamente precisa frequentar a escola. Uma criança ao se

desenvolver vai aprendendo a falar com os adultos do seu convívio, assim ao chegar ao ambiente escolar vai desenvolver mais até aprender a falar dentro da norma padrão da Língua.

Um adulto ou idoso que não frequentou a escola no tempo regular, aprende dentro do seu contexto de vida. No caso de dona Maria, sua fala não se encaixa na norma padrão da língua portuguesa, pois ela nasceu e cresceu no ambiente rural, de modo que a oralidade é a forma mais comum para ela se comunicar, haja vista, não aprendeu o código escrito para utilizá-lo no seu dia-a-dia. Como primeira atividade registrada propus que ela falasse sobre uma imagem e eu seria a escriba. O registro abaixo apresenta o resultado dessa atividade:

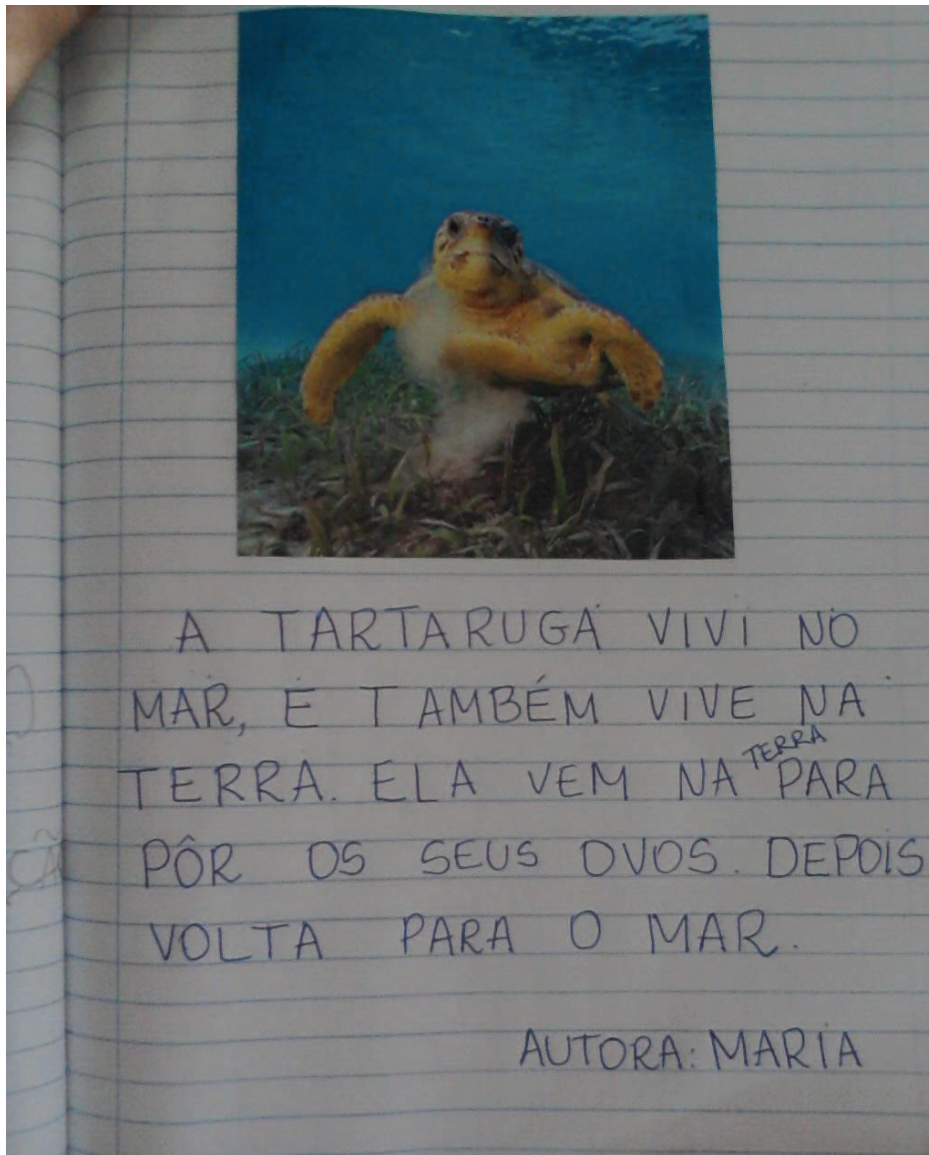


Foto 2: Texto narrado por Dona Maria

A oralidade é crucial para que a comunicação entre as pessoas e outrora as histórias eram passadas oralmente de geração a geração, quando alguém queria registrar alguma informação fazia desenhos conhecidos como pinturas rupestres. Com advento da escrita a

oralidade foi ficando no esquecimento, ou seja, as pessoas não perderam o fenômeno da oralidade, mas, ela não era mais o centro das atenções. Entretanto, como afirma Marcushi (2008) mesmo que a oralidade tenha caído em desuso não se pode deixar de estudá-la, principalmente alfabetizadores/pesquisadores precisam compreender a questão da linguística e qual caminho percorre a aprendizagem da escrita.

No início dos nossos encontros dona Maria quase não falava quase nada, apenas o mínimo e se tivesse outra pessoa por perto ela não falava nada. Mas, essa dificuldade foi sendo superada na medida em que os laços de amizade entre mim e dona Maria iam se estreitando fazendo com que ela passasse a falar sobre seu cotidiano, sobre o que ela mais gosta de fazer no seu dia-a-dia. Um dos nossos primeiros diálogos foi sobre uma cena de novela que dona Maria assistia. Registro o diálogo a seguir para demonstrar as marcas da oralidade na fala de dona Maria e a ausência da norma padrão.

Dona Maria: Ela ta sofrendo (a personagem da novela). Tá até “gravi”.

Eu: Ela sofreu um acidente por isso está grave?

Dona Maria: Não! Ela ta geste... geste...

Eu: Ah! Ela está grávida?

Dona Maria: É, muié!

Sobre esse aspecto nos reportamos a Cagliari (2005) citada por Benício (2007, p. 141) que afirma que a “linguagem é um fato social e todo falante nativo usa sua língua conforme as regras próprias do seu dialeto, espelho da comunidade linguística a que está ligado”. Dona Maria tem suas raízes no contexto rural, frequentou a escola por dois meses e deixou, cresceu no ambiente rural fazendo uso da língua obedecendo à norma do dialeto falado no cotidiano de sua comunidade. Assim, dona Maria na condição de analfabeta sempre fez uso das práticas orais como recurso principal para agir no seu meio de convivência, tem boa capacidade de se comunicar e de entender diálogos estabelecidos com outras pessoas. Uma experiência que pode fundamentar a afirmação acima citada foi num dos nossos encontros, ela me contou detalhes de uma consulta médica que havia feito. Foi e ainda é por meio da comunicação oral que dona Maria realiza suas atividades sociais diárias, seja no fazer doméstico, no cuidado que teve com os filhos (hoje todos adultos), quando vai ao mercado fazer compras, entre outras tarefas diárias.

Questionava-me sempre o que ela sabia sobre a escrita? Quais as reflexões acerca da escrita, que ela construiu ao longo dos anos? Durante os nossos encontros ela não demonstrava muito interesse em aprender a escrever, essa situação me deixava frustrada, pois, acredito que para aprendermos precisamos de estímulos e principalmente vontade para acrescentar conhecimento na nossa vida.

2.7 Conhecimentos linguísticos como suporte para escrita alfabética

Ao sondar o que dona Maria já conhecia sobre a língua escrita, percebi que ela não escrevia nem conhecia as letras do alfabeto, conhecia apenas a letra “a”, e no que se refere a sua oralidade, demonstrava dificuldade em algumas sílabas ao serem pronunciadas, mas nada que a impedisse de ser compreendida. Apresentou em nossas conversas iniciais uma desenvoltura e níveis de letramento que lhes possibilitou conviver de modo digno e plausível. A partir da sondagem feita sobre qual nível de conhecimento da língua escrita que dona Maria tinha comecei o processo de alfabetização trabalhando seu nome, pois, no momento inicial o que ela mais queria era aprender a escrever seu nome. No decorrer da minha curta experiência de alfabetizadora me perguntava: Como dona Maria dá conta das demandas que a sociedade letrada impõe sendo que sua interação se dava apenas pela oralidade? Como ela lida com dinheiro? Em momento nenhum queria usar de preconceito, mas me questionava, pelo fato de ser alfabetizada e mesmo assim ter questões tão complexas que não dava conta, e dona Maria enfrentava a vida com tanta leveza. Aprendi muito com ela.

Mesmo sendo analfabeta, em seu cotidiano, dona Maria se relaciona com a sociedade letrada de forma singular, utiliza de seu conhecimento de mundo para usar de conhecimentos matemáticos para, por exemplo, vender ovos de suas galinhas, emprestar dinheiro, etc. Certo dia questionei se alguém já havia deixado de lhe pagar alguma dívida, ela respondeu que nunca foi lesada ou ficou sem receber o dinheiro das transações feitas, pois só emprestava dinheiro a quem conhecia, a gente de confiança. Em um dos nossos encontros conversamos sobre como desenvolvia as atividades que exigiam um conhecimento da leitura, escrita e matemática, ela afirmou que quando precisava tinha a ajuda de alguém.

Desse modo, o desafio seria fazer com que dona Maria se interessasse pela aprendizagem da leitura e da escrita, já que a mesma dizia muitas vezes que já estava velha e que não havia mais tanta necessidade desse aprendizado. Ou seja, a minha tarefa seria a de ensinar a escrita alfabética de forma significativa, partindo do cotidiano de dona Maria. Sobre esse aspecto, reporto-me a Cagliari *apud* Benício (2007, p. 147- 148) que afirma que “Compreender adequadamente como a língua escrita se estrutura envolve saber como a utilizamos na fala em diferentes situações, qual o valor funcional dos seus segmentos fônicos, como compõe a morfologia desta, a sintaxe e a semântica”.

Comecei o processo de alfabetização de dona Maria a partir do seu nome que era o que mais a motivava a aprender a ler e escrever, ademais, acredito que o nome é uma marca

da pessoa e que no processo de alfabetização pode ser utilizado como uma palavra geradora como estudamos na abordagem Freireana. Confesso que, para uma pessoa que nunca pegou em um lápis para exercer a escrita, ela me surpreendeu com sua primeira escrita, conforme ilustração abaixo:

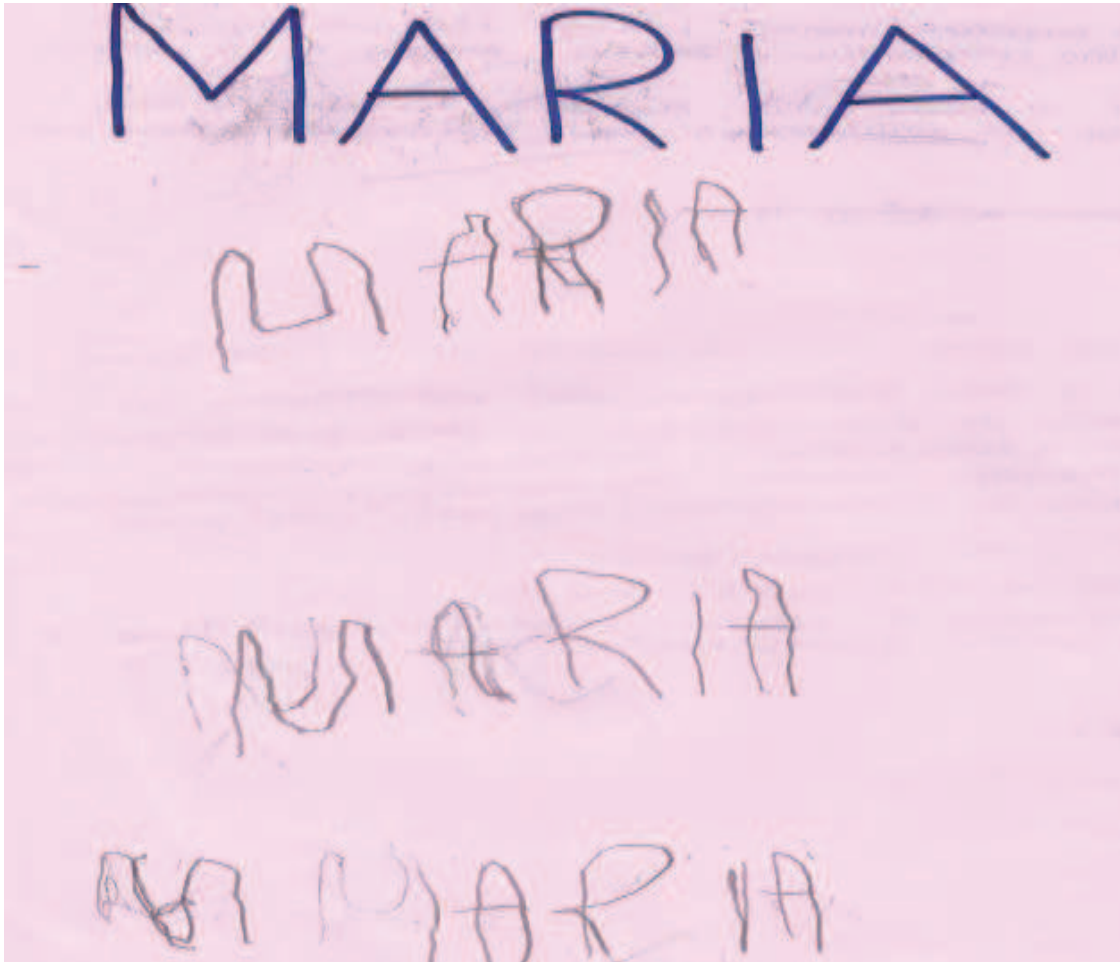


FOTO 3 - REGISTRO DA PRIMEIRA ATIVIDADE DE DONA MARIA

Para evitar confusão durante a aquisição da escrita utilizei apenas o alfabeto no formato bastão por entender que esse formato de letra é menos complexo do que a letra cursiva, ou seja, tem maior diferenciação na forma gráfica de uma letra para outra (MASSINI-CAGLIARI, 1999). Muitos autores defendem que a letra cursiva para quem está na fase inicial da alfabetização é complexa, por ser graficamente estruturada de forma “pegada” uma a outra, dificultando para quem está em processo inicial de alfabetização identificar quando começa uma e termina outra.

Dando continuidade aos nossos encontros sempre conversávamos bastante antes de pegar papel ou caneta, antes de começarmos o ensino da escrita e da leitura propriamente dito,

pois ao dialogarmos vamos construindo nossos laços de amizade, de confiança e de respeito. E, na qualidade de professor o diálogo deve ser imprescindível, pois quando convivemos com pessoas idosas precisamos escutá-las, o ato de escutar é imprescindível em qualquer área da vida tanto com crianças como jovens e adultos.. Essas estratégias foi uma sugestão da minha orientadora Elisabete Vale a partir dos ensinamentos de Freire (1996, p.136) que ressalta que “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História”.

Para além do seu nome, escolhemos outras palavras (apontadas por dona Maria), consideradas por mim como significativas para o seu aprendizado já que eram palavras do seu cotidiano, como: copo, geladeira, fogão, mesa, entre outras. Trabalhei o ensino da escrita e leitura baseada na palavração, ou seja, a partir do chamado “método Paulo Freire”. Não se trata de um método, pois o próprio Freire sempre dizia que não formulou um método, mas buscava trabalhar com palavras que faziam parte do cotidiano do aprendiz, assim o ensino se tornava mais significativo. Ver ilustrações² abaixo:

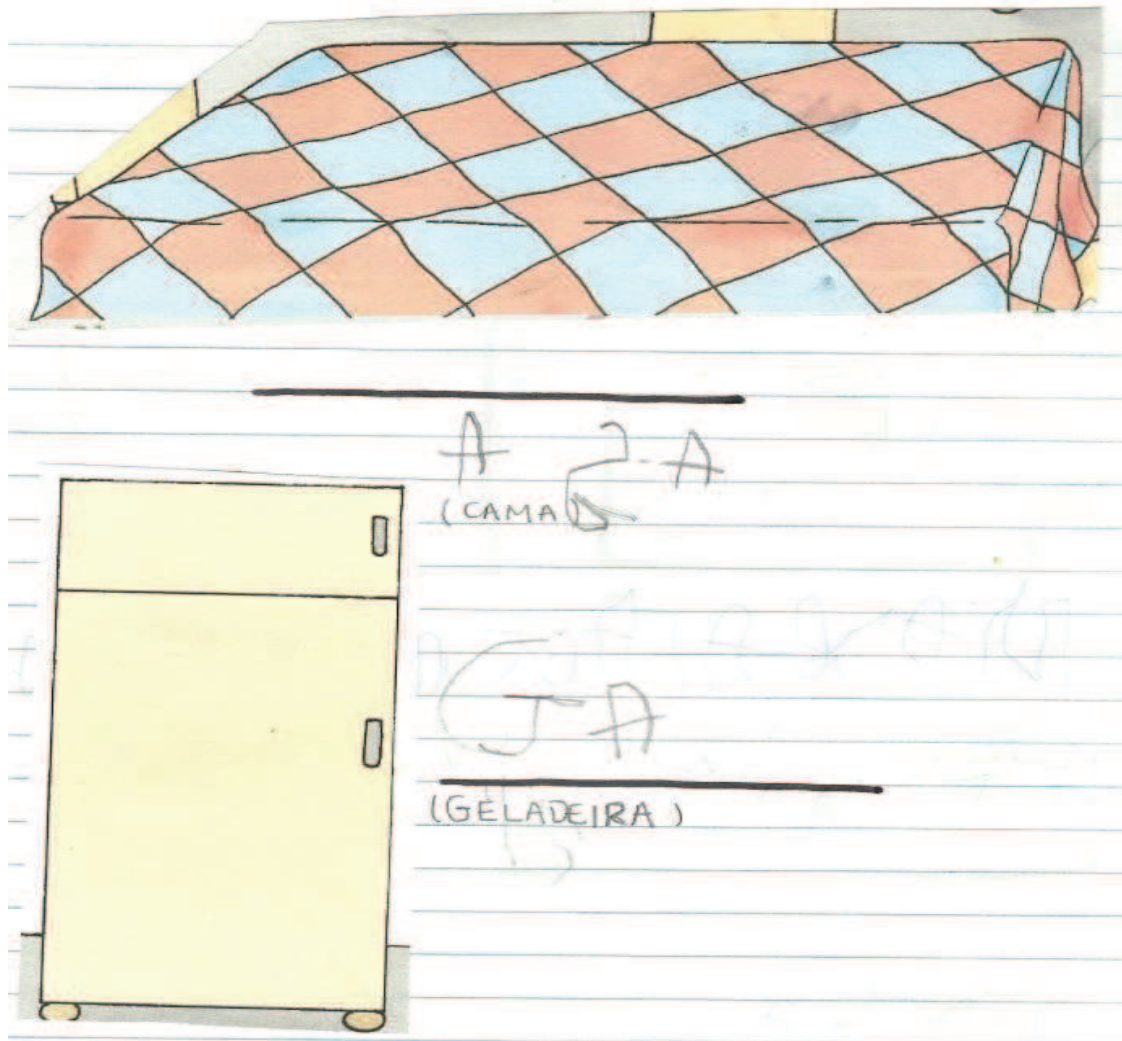
² Registros da autora.



ASA



A E F D
FOGÃO

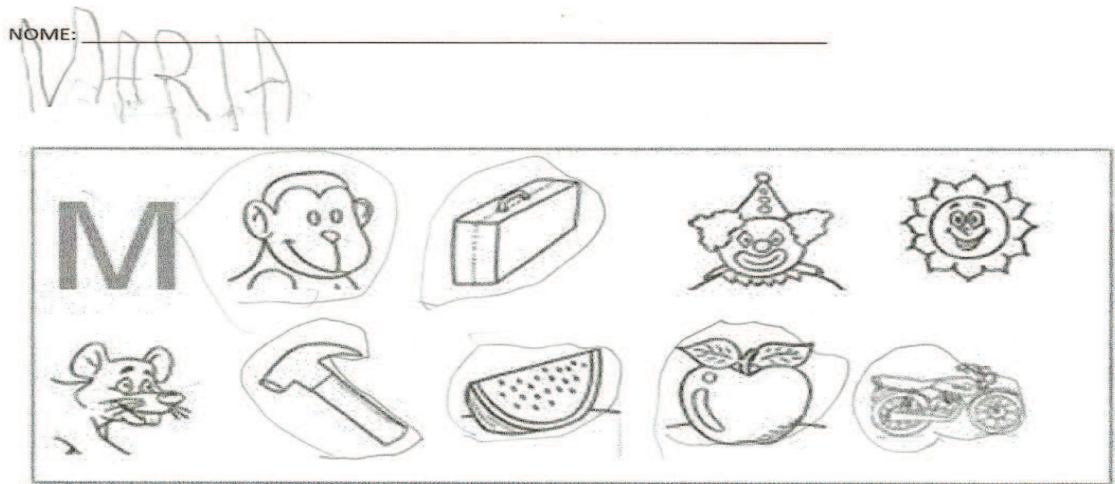


FOTOS 4 e 5 - ATIVIDADES DIVERSAS DE CONSTRUÇÃO DA ESCRITA

Nessa atividade é possível apreender que, ao escrever o nome dos objetos representados por gravuras dona Maria tentou fazer relação entre o som e a letra antes de fazer o registro escrito, ela escreveu sem olhar o modelo. Não se trata de trabalhar com método fônico³, mas as habilidades que estão ligadas a consciência fonológica é importante pelo fato de se perceber que todas as palavras são constituídas de um ou mais fonemas (BORTONI-RICARDO *Apud* BENICIO, 2007). Em um dos encontros apresentei a dona Maria à palavra MESA e pedi para ela falar outras palavras começadas com a mesma sílaba inicial, ela parou pensou, soletrava algumas palavras e finalizou dizendo que não sabia.

³ No ato de alfabetizar há alguns métodos que são utilizados por alguns profissionais da educação que são: Método sintético, que faz relação entre som e grafia. Método analítico, começa do global para os específicos, ou seja, começa com textos depois as partes. Método soletração, conhecido como soletração. O método fônico trabalha com a relação entre grafema e fonema. Ver <http://alfabetizacaotempocerto.comunidades.net/index.php?pagina=1792726986>

Conversamos um pouco e propus outra palavra: a palavra MACACO. Queria perceber se ela fazia relação com a primeira sílaba do seu nome, mas ela não fez. Nos encontros seguintes resolvi trabalhar com palavras do dia-a-dia que começassem com a “M”. Foi possível perceber que dona Maria compreendia que para escrever precisava das letras, conforme registros das ilustrações abaixo.



VAMOS ESCREVER:

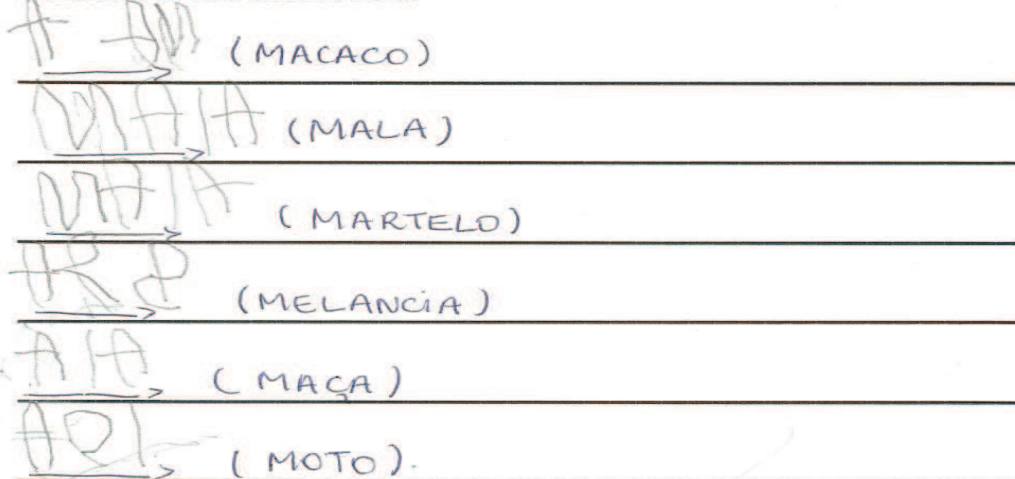


FOTO 6 - ATIVIDADE DE ESCRITA ESPONTÂNEA.

Nessa atividade, ao escrever, dona Maria repete as letras do seu nome. Primeiro ela falou o nome das gravuras e depois registrou. A priori ela não fazia relação da fala com a escrita nem com sílaba, também não demonstrava nenhuma curiosidade em relação à escrita. Contudo, no decorrer dos nossos encontros ela foi crescendo na sua escrita e também desenvolvendo habilidades relacionadas à escrita e que representa, assim, com a continuidade

dos encontros ela demonstrou uma evolução na sua escrita. É possível perceber os avanços em outra atividade, como a que segue abaixo:

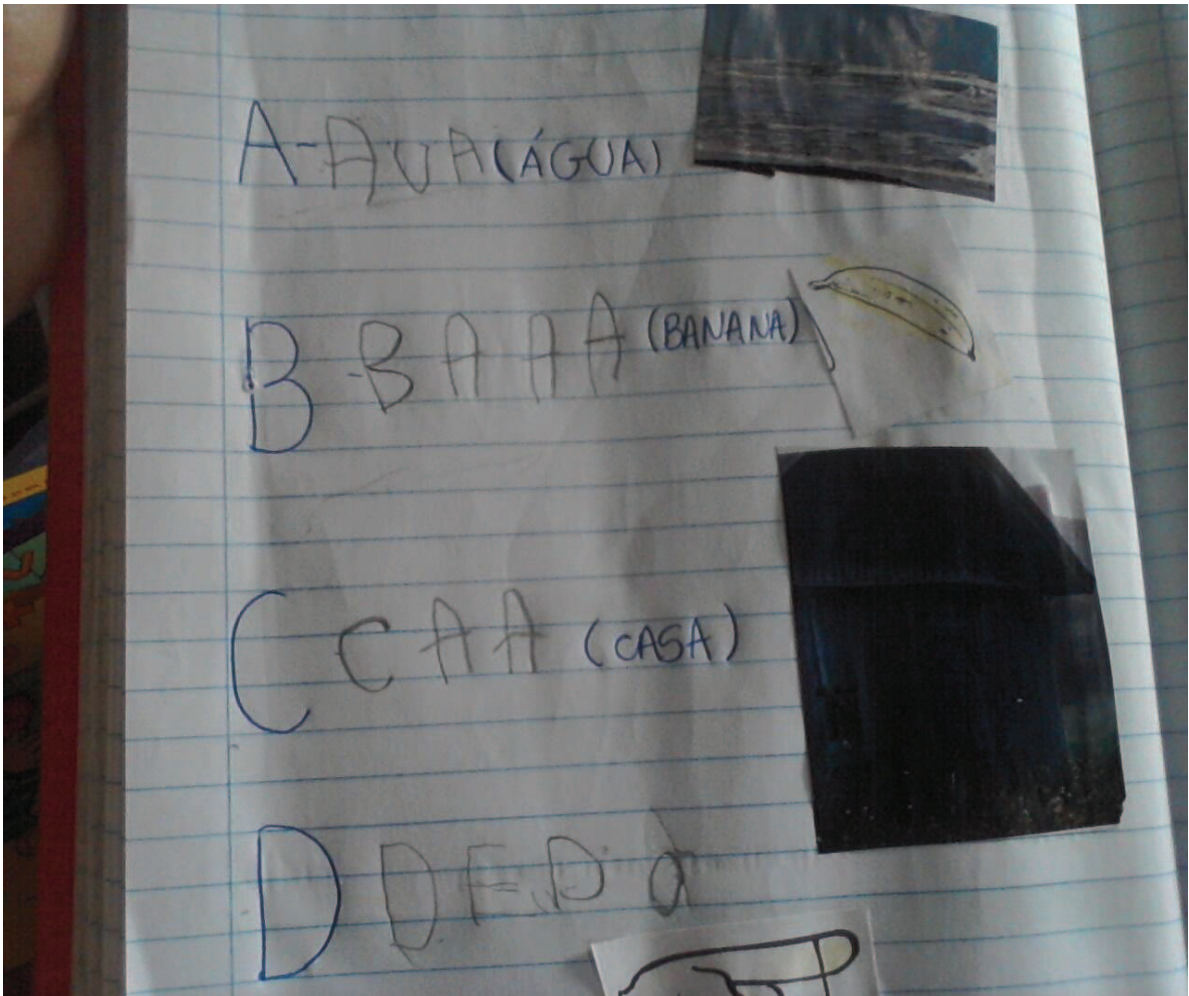


Foto 7 - Escrevendo a partir de gravuras

O interessante é dona Maria não querer colocar letras repetidas, lembrei-me das crianças no seu processo de aquisição da escrita, como percebemos no livro *Psicogêneses da língua escrita* de Ferreiro e Teberosky. Em encontros seguintes propus a dona Maria aprender a escrever os nomes dos/as filhos/as, assim, numa das nossas tardes, mostrei o nome das filhas e ela expôs admiração no nome da filha chamada Esmeralda, por ser um nome grande. Depois de estudarmos a grafia dos nomes dos/as filhos/as lancei o desafio, solicitei que dona Maria escrevesse os nomes dos filhos/as sem olhar as fichas. Ela escreveu primeiro os nomes de Severina, Rita e Esmeralda, conforme registro abaixo:

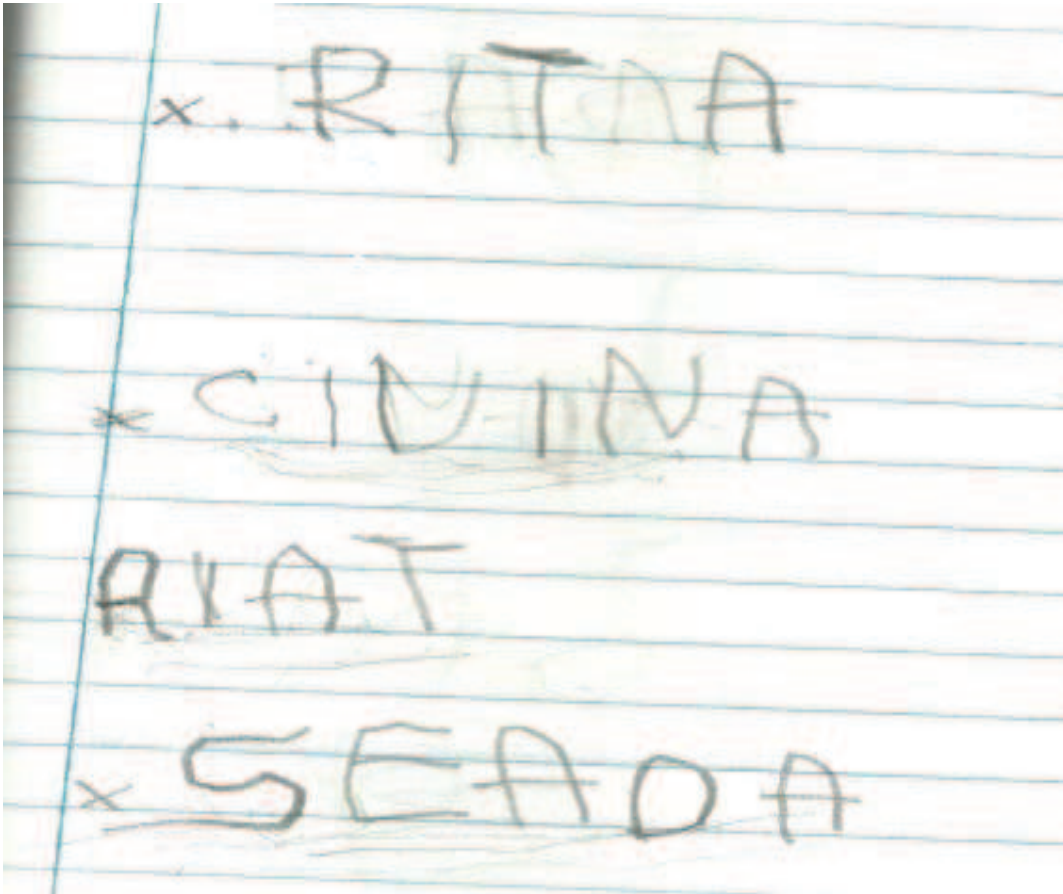


FOTO 8 - REGISTRO DOS NOMES DAS FILHAS DE D. MARIA

Ao escrever esses nomes dona Maria soletrava as sílabas antes de escrever, sempre fazia uma reflexão antes. É possível perceber o processo de evolução da escrita dela, podemos afirmar que ela já está na fase silábica que é quando o aprendiz escreve uma letra para cada sílaba e tem um valor sonoro, ou seja, já faz a relação do som com a letra. A princípio tais atividades parecem ser uma tarefa simples, porém para dona Maria era uma atividade um tanto complexa. Morais (2010) afirma que grupos de pesquisadores realizaram uma pesquisa em Portugal, onde observaram analfabetos que tinham dificuldades em pensar sobre palavras orais, ou seja, acrescentar fonemas e descobrir que palavra nova surgia. A mesma atividade feita com adultos alfabetizado não tiveram tanta dificuldades. Ainda de acordo com Morais (2010, p. 54):

Outro ponto importante que precisamos considerar, é que, ao refletir sobre aqueles “pedaços orais”, o aprendiz pode realizar operações diversas: identificar semelhanças e diferenças, produzir palavras com pedaços parecidos, contar quantos pedaços existem, segmentar os pedaços em voz alta, juntar subtrair pedaços, mudar a ordem dos pedaços na palavra, comparar quanto ao tamanho.

A partir das atividades desenvolvidas com dona Maria foi possível perceber que mesmo com todas as dificuldades, ela demonstrou ter tido uma evolução na aprendizagem, especialmente na sua consciência fonológica. Entretanto, é fundamental que dona Maria continue a contar com a mediação para desenvolver suas habilidades cognitivas relacionadas à escrita. Ou seja, é importante que a alfabetizadora leve dona Maria a avançar no processo de aquisição da leitura e escrita com propostas de atividades que desafiem a educanda a pensar e assim prossiga na caminhada da aprendizagem.

2.8 Conhecimentos matemáticos no cotidiano de dona Maria

Assim como na escrita no que concerne aos conhecimentos matemáticos, dona Maria não dominava o aspecto formal da matemática, não sabia registrar e “armar contas” no papel, sabia apenas resolver “de cabeça” contas simples, ou seja, dominava alguns rudimentos da matemática aprendida no seu cotidiano. Desse modo, utilizava desses conhecimentos para desenvolver atividades diárias como vender ovos de suas galinhas, contabilizar e memorizar a quantidade de galos, galinhas e pintinhos; receber seu salário; fazer compras, etc. Embora dona Maria não consiga identificar a grafia de nenhum numeral, ela consegue fazer contas simples, reconhece o valor de determinadas moedas e cédulas de dinheiro. Sobre esse aspecto, Mollica e Leal (2009) ressaltam que jovens e adultos utilizam-se de seus conhecimentos de mundo que permitem a sobrevivência suficiente numa sociedade marcadamente letrada. Na vida de dona Maria ela criou estratégias que lhes permitiu viver na sua comunidade de forma harmoniosa.



Foto 9 – Atividade de matemática.

Refletindo sobre os conhecimentos de dona Maria posso dizer que ela tem suas limitações resultado da ausência de processos de escolarização aliados a sua idade avançada, mas entendo que ela tem certo letramento matemático.

2.9 O ensinar/aprender com dona Maria: desafios à prática docente

Neste subitem do trabalho faço uma reflexão sobre processo de ensino/aprendizagem vivenciado por mim e dona Maria a partir das atividades pedagógicas realizadas, dos meus registros no caderno e também dos nossos diálogos. No percurso dos nossos encontros nossas histórias foram se constituindo em uma reflexão mútua sobre o processo de letramento, pois,

na medida em que dona Maria ia construindo seu processo de letramento, eu ia me constituindo enquanto educadora-alfabetizadora de adultos.

Ao começar a trabalhar com dona Maria não imaginava que poderia ir muito longe à sua aprendizagem formal. Não pelo fato dela ser idosa, com 83 anos de idade, mas por causa de sua pouca interação, no início era a mínima possível. Não foi um aprendizado simples, em muitos momentos pensei em desistir, achei que não conseguiria, mas tivemos perseverança, tanto eu quanto dona Maria. Abaixo destaco um dos meus registros feitos no início da experiência alfabetizadora com dona Maria.

Dona Maria sempre dizia que não ia aprender, com frequência ela repetia a frase. De fato, às vezes, ela parecia que não se lembrava do que tinha aprendido. Mas conversávamos e mostrava a ela que eu também tinha que aprender ela se surpreender com essa afirmativa, pois pensava que eu já tinha aprendido tudo. Ela parava por alguns instantes como se refletisse sobre sua vida. E depois começávamos a aula novamente, nesse encontro mostrei uma cena com desenhos de vários momentos rotineiros, tais como: trânsito, casas, prédios, árvores, roupas no varal, rua, menino soltando pipa. Pedi que me falasse o que ela via na cena, simplesmente ela disse que não sabia que não conhecia nada. (Registros – Diário de Campo - 01/05/2013).

Esse fragmento foi retirado do meu caderno de registro (Diário de Campo), no contexto de uma atividade planejada, cujo objetivo era fazer com que dona Maria expressasse sua opinião sobre as situações ali representadas nas gravuras e depois escrevesse o nome sem consultar as fichas. Entretanto, dona Maria afirmava que não conseguia expressar o seu entendimento sobre o que foi solicitado. O desânimo e a frustração tomaram conta de mim, pois já tínhamos realizados vários encontros e naquele momento senti que não houve interação, comunicação entre nós, achei que não conseguiria avançar no processo de aprendizagem de dona Maria.

Depois de um tempinho fiz a proposta novamente para ela dizer o que via na cena, em seguida pedi para ela escrever. O seu registro foi interessante, pois na palavra “planta”, ela falou que não queria colocar as duas letras “A”. Pedi para falar e ouvir quantas vezes ela ouvia o som da letra A, mesmo assim ela não colocou. Ela sempre queria escrever olhando a ficha, mas nessa atividade eu queria que ela escrevesse com base no que tínhamos estudado sobre as sílabas simples.

Posteriormente, ao refletir sobre a escolha da atividade, percebi que não foi uma atividade acertada, uma vez que dona Maria não achou significativa, não quis nem participar só o fez por insistência minha, logo, não foi uma tarde agradável para ela nem para mim. Por vezes, sentia dificuldades em fazer a intervenção pedagógica adequada levando em conta as atividades planejadas e os interesses de dona Maria. Compreendi também que para trabalhar

com idosos é fundamental que o educador não só domine conhecimentos pedagógicos e linguísticos, mas acima de tudo, seja atencioso e paciente, bem como saiba compreender quem é esse idoso, quais são seus interesses, como é a sua realidade, etc. São conhecimentos que muitas vezes estão além do que estudamos no curso de pedagogia.

Assim ensinar um adulto ou idoso exige, que o educador realmente leve em conta a realidade do sujeito para o ensino aprendizagem. Quando passei a ensinar os nomes das filhas de dona Maria ela demonstrou maior motivação e entusiasmo, passou a ter mais vontade de escrever, pois os nomes das filhas tinham um significado mais subjetivo para dona Maria. Conforme afirma Ausubel *Apud* Moço (2012) ensinar sem levar em conta o que aprendiz já sabe é um esforço em vão, pois o novo conhecimento não tem onde se ancorar.

O discurso de dona Maria de "EU NÃO APRENDO", fez com que, em certos momentos, eu acreditasse que ela não aprenderia mesmo, pois nunca tinha alfabetizado uma pessoa idosa. Desse modo, não sabia como seria ou faria a intervenção pedagógica para mediar os novos conhecimentos com os conhecimentos de dona Maria, foi durante os nossos encontros que fui de certa forma aprendendo a lidar com o processo ensino-aprendizagem. Conforme ressalta Freire citado por Benicio (2007) todos os sujeitos, educadores e educandos são detentores de saber uma vez que a cogniscência é uma capacidade inerente ao ser humano. Assim, todos têm saberes e algo a aprender sempre. Dessa forma, entendia que dona Maria aprenderia, sabia que ela acrescentaria algum saber novo, só tinha que ter a motivação adequada à realidade. Para Freire (2005) o ser humano aprende com os fenômenos, com os outros e no e com o mundo. De fato aprendemos com nossas relações com o próximo, seja o conhecimento formal que o ambiente escolar oferece, seja no cotidiano da vida prática, em casa, na feira, na frente de casa, numa simples conversa. Dessa forma, ela aprendeu algo como mostra a atividade abaixo,



Foto 10: Escrita com alfabeto móvel, nomes dos filhos

Como foi o caso de uma experiência que tivemos em uma dos nossos encontros. Como sempre, gastávamos um tempo apenas conversando, num determinado dia estava passando o Jornal da Paraíba num canal de televisão, a reportagem falava sobre os negros e como crescia a violência entre os mesmos, a porcentagem entre brancos e negros que morriam anualmente, os números relacionados aos negros era bem maior que os brancos. Dona Maria assistia atentamente, depois retrucou: “Eu pensei que os brancos morriam mais cedo do que os negros!” Ela pensava do ponto de vista da genética e não do ponto de vista da problemática social. Em seguida dialogamos sobre a questão da criminalidade e como os negros tem uma história que há muito não foi contada como deveria. A relação entre mim e dona Maria foi se constituindo a partir de uma relação dialógica e significativa contribuiu com o processo de letramento de dona Maria. Entendo que ela pode não ter se transformado em uma pessoa totalmente alfabetizada, mas se tornou mais ativa a partir da melhora da autoestima, pois passou a se comunicar de forma clara e se faz entender pelo próximo.

Quanto a mim, enquanto educadora-alfabetizadora em processo de formação, foi uma experiência valiosíssima, haja vista que me proporcionou novos conhecimentos, não só sobre letramento e alfabetização, como sobre a aprendizagem da pessoa idosa

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do processo ensino-aprendizagem vivenciada com dona Maria revelou-se para mim como um momento de grande oportunidade de crescimento como educadora, pois me possibilitou um aprendizado teórico-prático da ação alfabetizadora. Foi uma aprendizagem que acontecia formalmente, mas também incidental, ou seja, quando não havia nada programado, assim cada diálogo, brincadeira foram se constituindo em um contexto de novos conhecimentos. Já nos últimos encontros percebi o quanto dona Maria, uma mulher que não teve a oportunidade de frequentar a escola na idade adequada, estava progredindo no que propomos a fazer. Coloco no plural, pois se ela não tivesse motivação para aprender não teria aprendido, e eu enquanto educadora também, se não tivesse procurado estudar um pouco mais sobre como ensinar uma pessoa idosa, não teríamos logrado alguma aprendizagem.

Descobri que o nome dos filhos era e é significativo para ela, quando pedia para escrever outros nomes ela resistia um pouco. Mas quando mudei a estratégia e passei a focar o nome dos filhos ela me surpreende com o entusiasmo e avançou nos níveis de escrita.

Confesso que não foi uma tarefa fácil, significou um desafio que há muito incomodava como educadora/alfabetizadora/pesquisadora, já que alfabetizar é uma atividade complexa que exige do professor saber qual o melhor método de ensino. A alfabetização, no caso da EJA é peculiar, haja vista, o público não tem muito tempo, ao mesmo tempo em que tem pressa para aprender a ler e escrever para se inserirem na sociedade letrada. Assim, é preciso que esses sujeitos sejam escolarizados de forma significativa para que saibam fazer uso social da leitura e da escrita. (ALBUQUERQUE, MORAIS E FERREIRA, 2010). Os alunos de EJA já entram na escola com algumas experiências trazidas do seu cotidiano, por isso não se deve ignorar esse saber prévio para alfabetizar.

Levar em conta a realidade e os conhecimentos de dona Maria foi fundamental na experiência de alfabetização. Assim ela desempenhava de forma satisfatória no seu dia das formas de letramento, sem dominar o código escrito. Desta feita, após nosso encontro foi perceptível à ampliação do seu conhecimento sobre as letras como também a evolução da escrita. Mas é um trabalho que deve ser contínuo, pois por vezes ela esquecia o que tínhamos estudado, então voltávamos ao marco zero. Porém, essa experiência não tinha a pretensão de

formar uma perita na norma padrão da língua, mas mostrar que mesmo na terceira idade a aprendizagem acontece fazer com que dona Maria compreendesse que ela é capaz de aprender a ler e escrever, pois como afirma Freire (1996) “somos seres inacabados”, assim temos algo novo a acrescentar em nossa jornada de vida.

Mesmo com limitação, dona Maria criou seus filhos e hoje tem a graça de ver seus netos. Uma senhora forte que mesmo sem saber ler nem escrever, escreveu sua história a cada dia vivido e os momentos felizes e tristes estão em sua memória. Ler e compreender o se ler é primordial na atual sociedade, que é mais letrada que na época de infância de dona Maria. Para que possamos está inserido na sociedade do conhecimento é fundamental o domínio da tecnologia da escrita e leitura, partindo desse pressuposto é preciso deixar claro que dona Maria não se tornou uma proficiente no uso da leitura e escrita, mas o fato de contribuir para que ela se perceba como uma pessoa capaz de pessoa que passou a usar e a leitura de aprender, que uniu conhecimentos prévios para construir novos saberes, certamente foi um aspecto extremamente importante para a sua autoestima. Por outro lado, ajudou-me há compreender um pouco sobre o processo de aprendizagem do adulto analfabeto. O fato de ensinar a alguém é maravilhoso, pois sentimos que fazendo nossa parte como educadores alfabetizadores e pesquisadores podem melhorar a prática docente do nosso país.

REFERÊNCIAS

- BENÍCIO, Miliane N. M. **Escrita e processos de letramento**: construindo inter-relações entre conhecimento sistematizado e práticas sociais letradas. Brasília: UnB/Faculdade de Educação, 2007. (Dissertação de Mestrado).
- CAGLIARI, Luís Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1994
- BARBOZA, Pedro Lúcio. **Educação em questão**: recortando temas e tecendo ideias. Campina Grande-PB: Latus, 2010.
- CHAVES, Suely Santana. **A importância do Letramento na Educação de Jovens e adultos**. IN: **Revista Filosofia Capital**, vol. 3, Edição 7, Ano 2008 (ISSN 1982-6613).
- FERREIRO, Emília. **Alfabetização em Processo**. 18^a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- MACHADO, Maria Margarida. **A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9394/96**: a possibilidade de constituir-se como Política Pública. IN: **Em Aberto**, v. 22. n. 82, Brasília: INEP, nov. 2009 (p.17-39).
- MARCUSHI, Luiz Antônio. **Da fala para a oralidade**: atividade de retextualização. 9 ed. São Paulo. Cortez, 2008.
- MASSINI-CAGLIARI, Gladis e CAGLIARI, Luís Carlos. **Diante das letras**: a escrita alfabética. Campinas, SP: Mercado das letras, 1999.
- MENDONÇA, Onaide Schwartz e MENDONÇA, Olympio Correa. **Alfabetização**: método sociolinguístico: Consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2007.
- MOÇO, Anderson. Vencendo os erros. IN: **Revista Nova Escola**. Ano XXVIII.n. 250. São Paulo: Fundação Victor Civita, março/2012 (p. 40-47).
- MOLLICA, Maria Cecília e LEAL, Marisa. **Letramento na EJA**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- MOURA, Dayse Cabral de. **Alfabetização e letramento de jovens e adultos**: as concepções e práticas de ensino do sistema de notação alfabética. In: **Universidade Federal de Pernambuco**. Disponível em www.educacaoonline.pro.br acessado em 05/01/2013.

MOURA, Laudyslaine de. SILVA, André Gustavo F. Paulo Freire no contexto de 1958 - 1964. (Digitalizado). Trabalho acessado em colquio.paulofreire.org.br/participacao/index.php/colquio/viii.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola editorial, 2009.

SANCHEZ, Sebastian. **Historia da Educação no Brasil**. Campina Grande, Janeiro de 2007.

SOARES, Leôncio (org.). **Educação de jovens e adultos: o que revelam as pesquisas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Estudo em EJA, 11).

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Centro de alfabetização, Leitura e Escrita. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, S/d. (digitalizado). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf/>

SOUZA, Andréa de. **Um estudo sobre letramento na vida dos alfabetizados do programa de pesquisa em educação de jovens e adultos – PROEJA**. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul, S/d. (digitalizado). Disponível em: WWW.alb.com.br/arquivos

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 7. Ed. – São Paulo, Cortez, 2005.

ⁱVALE, Elizabete Carlos do. **A educação de Jovens e adultos no Brasil nos contextos de escolarização e as possibilidades de práticas educativas emancipatórias**. Rio de Janeiro: PROPEd, 2012 (Tese de Doutorado).
